

Fernanda Bastos Fernandes

De: ipacheco@cm-serpa.pt
Enviado: segunda-feira, 9 de Julho de 2012 15:55
Para: Comissão 8ª - CECC XII
Cc: 'Isabel Estevens'
Assunto: CMSerpa: Parecer sobre a Proposta de Lei 70/XII que Aprova o estatuto do aluno e ética escolar

Exmos. Srs.,

Conforme solicitado remetemos o parecer sobre a Proposta de Lei 70/XII que Aprova o estatuto do aluno e ética escolar.

Em análise, consideramos que:

A reorganização curricular que não é mais do que um ajustamento curricular aos cortes orçamentais impostos pela troika, com a qual o governo sustenta o despedimento de milhares de professores e coloca muitos outros em mobilidade especial e empobrece o papel da escola, degrada a qualidade pedagógica e ataca os direitos dos estudantes. Direitos que não estão garantidos na proposta de lei apresentada que ao invés de agir sobre as questões de natureza política e social, aposta em intervenções de natureza disciplinar e autoritária;

- a constituição de **mega-agrupamentos** com milhares de alunos e sem qualquer justificação pedagógica, apenas com objetivos economicistas. Decisões, que não têm em conta as opiniões contrárias da comunidade educativa e órgãos autárquicos, Esta realidade contribuirá para desumanizar a vida das escolas, pôr fim a uma gestão de proximidade e promover a indisciplina e o insucesso escolares.

- o aumento do número de alunos por turma num contexto já complexo com uma situação insustentável de sobrelotação de muitas escolas e conseqüentemente das turmas, mesmo quando integram alunos com necessidades educativas especiais, o que terá conseqüências no processo pedagógico, no insucesso e no ambiente escolar;

- as alterações ao **modelo de gestão**, visam consolidar um processo que conduzirá certamente a que os futuros diretores até hoje professores, venham a ser substituídos por um gestor profissional que acabará de vez com o modelo de gestão democrática.

- o encerramento de largas centenas de **cursos de formação e educação**, percursos curriculares alternativos, sem qualquer alternativa garantida a milhares de estudantes,

A proposta apresentada desvaloriza a formação da cultura integral do indivíduo, promovendo um ensino que limita o acesso ao conhecimento, que reserva apenas às elites, atribuindo aos filhos das camadas trabalhadoras apenas a capacidade de adquirirem competências profissionais, ao serviço das necessidades flutuantes do

mercado, tratando os estudantes, não como sujeitos das suas aprendizagens, mas como meros clientes à procura de um diploma.


Consideramos ainda que esta proposta desvaloriza social e profissionalmente todos os trabalhadores das escolas, promove o desemprego e a precariedade e despreza os direitos laborais

Defendemos o respeito e valorização dos direitos dos professores, funcionários, psicólogos e técnicos pedagógicos, elementos centrais de uma Escola Pública de qualidade; a garantia da igualdade efetiva de oportunidades para todos e a Escola Pública Gratuita e de Qualidade; a garantia das condições materiais e humanas necessárias para o normal funcionamento das escolas; a garantia efetiva da escola inclusiva e o cumprimento de direitos das crianças e jovens com necessidades especiais.

Exigimos uma Escola Pública como um espaço de emancipação individual e coletiva, determinante para a defesa/construção de um país mais justo, solidário e soberano.

Com os melhores cumprimentos,

Isabel Pacheco

 Câmara Municipal de Serpa
Divisão de Educação, Desporto e Ação Social
Telef : +351 284 540 100 / Ext 4031
E-mail : jpacheco@cm-serpa.pt / www.cm-serpa.pt